vos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em 15 de maio de 2017, com os seguintes trabalhadores:

Rosa Eugénia Martins Pereira, integrada em carreira e categoria de Assistente Técnica, para a carreira e categoria de Técnica Superior (área de Contabilidade), 1.ª posição remuneratória da categoria e nível remuneratório 11 da tabela remuneratória única;

Lúcia de Fátima Nogueira Marques, integrada em carreira e categoria de Assistente Técnica, para a carreira e categoria de Técnica Superior (área de Engenharia do Ambiente), 1.ª posição remuneratória da categoria e nível remuneratório 11 da tabela remuneratória única;

Manuel João Martins Vilela, integrado em carreira não revista, do grupo de pessoal auxiliar, da carreira e categoria de Fiscal de Obras, para a carreira não revista de Técnico Profissional, categoria de Fiscal Municipal, correspondente ao índice 228 da estrutura remuneratória da carreira de Técnico Profissional de 2.ª classe — Fiscal Municipal.

15 de maio de 2017. — O Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, Dr. Manuel de Oliveira Lopes.

310523344

FREGUESIA DE ESTORÃO

Aviso n.º 6773/2017

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atualizada e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na redação atual, faz-se público que, nos termos do n.º 3, artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 33/06, foi deliberado pela junta de freguesia em reunião de 23 de março, se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista ocupação de um posto de trabalho para a categoria e carreira geral de assistente operacional, atividade de cantoneiro.

2 — Caracterização do posto de trabalho: caracteriza-se, para além das funções de caráter genérico da carreira de assistente operacional o: desempenho de funções de natureza designadamente a limpeza e manutenção de caminhos, sarjetas e aquedutos, manuseamento de máquinas e manutenção e reparação de instalações e equipamentos, proceder a vigilância, conservação e limpeza de vias municipais; executar pequenas reparações e desimpedir os acessos; limpar valetas, compor bermas, desobstruir aquedutos e sistemas de drenagem de águas pluviais; compor pavimentos, efetuando reparações de calcetamento ou com massas betuminosas; executar corte em árvores existentes nas bermas das estradas, conduzir máquinas pesadas de movimentação de terras e resíduos e construção; efetuar as demolições de construções promovidas pela Freguesia; transporte de resíduos de construções, de inertes e de betuminoso; zelar pela conservação e limpeza das viaturas, bem como outras tarefas inerentes ao serviço, bem como outras funções não especificadas.

3 — Local de trabalho: circunscrição territorial da freguesia.

4 — Reserva de recrutamento: foi consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), que em 10 de março de 2017, informou: “não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”. Declara-se ainda não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo.

5 — Âmbito do recrutamento: tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência, designadamente, celeridade, economia processual, aproveitamento dos atos e, bem assim, numa lógica de contenção de custos que devem presidir à atividade, na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho objeto do presente procedimento, por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de mobilidade especial, o recrutamento efetua-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme deliberação da Junta de freguesia realizada em 28 de março.

6 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atualizada e Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na redação atualizada.

7 — Entidade que realiza o procedimento — Freguesia de Estorãos; morada: Rua da Igreja, n.º 380 4820-594 Estorãos, Fafe; contacto: 253503880; correio eletrónico: jf.estoraos@fafecom.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atualizada:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8.2 — Requisito habilitacional — 4 anos para os indivíduos nascidos até 31/12/1966, 6 anos para os indivíduos nascidos a partir de 01/01/1967, 9 anos para os indivíduos inscritos no 1.º ano do ensino básico no ano letivo 1987/1988 e nos anos letivos subsequentes e 12 anos para os indivíduos inscritos no 7.º ano do ensino básico no ano letivo 2009/2010. Não há possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

8.3 — Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

8.4 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

9 — Posição remuneratória: a remuneração do trabalhador a recrutar será a correspondente à 1.ª posição, nível 1, da tabela remuneratória única, ou seja 557€, de acordo com o previsto no artigo 38.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atualizada, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, prorrogado nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03.

10 — Métodos de seleção

10.1 — Obrigatórios:

- a) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica;
- b) Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, para os candidatos que se encontrem na situação do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atualizada, ou seja, candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como para os candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, a não ser que optem pelos métodos referidos na alínea anterior.

10.2 — Complementar: Entrevista Profissional de Seleção

10.3 — Prova de Conhecimentos: visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função. Cotada numa escala de zero a vinte valores, considerando-se a valoração até às centésimas, assumirá a forma oral e prática e terá a duração máxima de 30 minutos.

10.4 — Temas gerais a abordar e legislação/bibliografia necessária à sua realização:

Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25/02 — utilização de equipamentos de trabalho.

11 — A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento será expressa na escala de zero a vinte valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$OF = (45PC+25AP+30EPS) / 100 \text{ ou } OF = (30AC+40EAC+30EPS) / 100$$

Sendo: OF — Ordenação Final; PC — Prova de Conhecimentos; AP — Avaliação Psicológica; AC — Avaliação Curricular; EAC — Entrevista de Avaliação de Competências; EPS — Entrevista Profissional de Seleção.

12 — Os métodos de seleção têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham valoração inferior a 9,5 valores, ou faltem à sua realização, não sendo convocados para a realização do método seguinte.

13 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atualizada.

14 — Os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos

de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método, desde que as solicitem.

15 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas exclusivamente mediante preenchimento de formulário tipo de candidatura, a utilizar obrigatoriamente pelos candidatos, disponível na secretaria da Freguesia de Estorãos ou solicitado via email através do endereço eletrónico jf.estoraos@fafe.com identificando o procedimento concursal, através do número do aviso do *Diário da República* ou número do código de oferta na Bolsa de Emprego Público.

15.1 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio eletrónico.

15.2 — A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Cópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Caso o candidato a detenha, declaração emitida pelo serviço de origem, devidamente atualizada (reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), da qual conste: a modalidade da relação jurídica de emprego público, a descrição das atividades /funções que atualmente executa, as três últimas menções de avaliação de desempenho e a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos.
- c) Currículo profissional devidamente documentado e assinado, para os candidatos a que se refere a alínea b), n.º 10.1 que não optem pela prova de conhecimentos.

15.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

16 — Composição do júri:

Presidente: José Manuel Ribeiro Batista, Engenheiro.

Vogais efetivos: Maria Isabel Coutinho Novais, assistente técnica área administrativa, que substitui o presidente nas faltas e impedimentos e Paulo Gonçalves Costa, Engenheiro.

Vogais suplentes: António José Silva, engenheiro e Luís Joaquim da Costa Abreu.

17 — Quota de Emprego: Dar-se-á cumprimento ao previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/01, de 03 de fevereiro, devendo para tal o candidato declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo.

18 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1/03, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

19 — Notificação e publicidade: a notificação das deliberações do procedimento concursal será efetuada por uma das formas previstas no artigo 30.º da citada Portaria n.º 83-A/2009, na redação atualizada ou seja: correio eletrónico; ofício registado; notificação pessoal; aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*. As listas ordenadas alfabeticamente dos resultados de cada método de seleção bem como a lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação, são afixadas nos lugares de estilo da Freguesia sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com informação sobre a sua publicitação, no que se refere à lista de unitária de ordenação final.

24 de maio de 2017. — O Presidente da Freguesia de Estorãos, *Ernesto Soares Oliveira*.

310529071

FREGUESIA DE GALVEIAS

Aviso n.º 6774/2017

Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Presidente da Junta de Freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor:

Torna Público que, nos termos do artigo 101 do Código de Procedimento Administrativo, e durante o período de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, é submetido a apreciação pública o Projeto de Regulamento de Participação no Programa Jovens em Tempos Livres nas Galveias, que foi presente e aprovado na reunião da Junta de Freguesia realizada em 12/04/2017.

Durante o referido período poderão os interessados consultar, na sede da Junta de Freguesia nas horas normais de expediente, o referido Projeto Regulamento e sobre ele formular quaisquer sugestões, reclamações ou observações, as quais deverão ser dirigidas, por escrito, à Presidente da Junta de Freguesia de Galveias.

3 de janeiro de 2017. — A Presidente, *Maria Fernanda Serineu Bacalhau*.

Projeto de Regulamento

Participação no Programa jovens em Tempos Livres nas Galveias

O desenvolvimento da freguesia está intimamente ligado aos mais jovens. Esta iniciativa tem como objetivo nuclear dar-lhes a possibilidade de melhor conhecer e estreitar laços com a realidade que é a sua de todos os dias, potenciando a sua capacidade de intervenção e participação social.

Só através do contacto direto com a realidade histórica, económica, social e cultural da nossa comunidade os mais jovens podem assimilar valores de cidadania, responsabilização e cooperação, contribuindo, com voz ativa, para a manutenção, recuperação e divulgação do Património do Concelho de Ponte de Sor, nas suas várias ações.

Galveias é uma freguesia que não foge ao fenómeno da interioridade a que tantos outros do País estão voltados. Interioridade esta que contribui significativamente para o aumento de comportamentos de risco, com especial incidência nas camadas mais jovens da população.

Ocupar os tempos de lazer dos mais novos, de forma saudável contribui, decisivamente, para a sua formação e crescimento aos mais vários níveis, minorando os riscos a que estão expostos.

Pelo que, atendendo às atribuições da Freguesia, nomeadamente, as previstas nas alíneas c) d) g) h) k) do n.º 2 do artigo 7.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e às competências da Junta de Freguesia, mais concretamente as previstas na alínea v) do n.º 1, do artigo 16.º, da supracitada Lei, é submetido à apreciação da Junta de Freguesia de Galveias o presente regulamento de participação no Programa *Jovens em Tempos Livres nas Galveias*:

Artigo 1.º

Objetivo

Pretende-se, através da participação dos jovens na Freguesia de Galveias no programa *Jovens em tempos Livres nas Galveias*, promover a ocupação das suas férias e, simultaneamente, ajudá-los a desenvolver um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

Artigo 2.º

Entidade Promotora

O Programa *Jovens em Tempos Livres nas Galveias* é promovido pela Freguesia de Galveias.

Artigo 3.º

Destinatários

O presente programa é dirigido a todos os jovens residentes na Freguesia de Galveias, cujas idades estejam compreendidas entre os 16 e os 30 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional.

Artigo 4.º

Áreas de Atividade

No âmbito do presente regulamento os jovens podem desenvolver atividades, nas seguintes áreas:

- Ambiente e salubridade;
- Proteção Civil;
- Proteção à comunidade;
- Cultura, desporto e Tempos Livres;
- Sócioeducativa.

Artigo 5.º

Duração

O regulamento de participação no Programa *Jovens em Tempos Livres nas Galveias* desenvolve-se entre os meses de junho a setembro, decorrendo em três períodos, que serão identificados através de Edital.